

PREFÁCIO

Os estudos relativos à História da Monarquia Católica no tempo da integração da Coroa de Portugal (1580-1640) ganharam um novo fôlego nos últimos anos. Beneficiando do interesse de historiadores exteriores ao mundo hispânico, mas impulsionada sobretudo por uma nova geração de investigadores portugueses e espanhóis, o Portugal dos Filipes deixou de ser uma espécie de “buraco negro”, visto simplesmente como uma época de decadência, para ser analisado desapassionadamente, ou seja de um modo científico.

Ao saírem da estreiteza do olhar que via somente a relação bilateral luso-espanhola, os estudiosos desta conjuntura puderam integrar esse período em processos mais vastos, percepcionando, por um lado, toda a complexidade da máquina institucional que dava corpo à autoridade da monarquia católica na Europa, e analisando, por outro, as interações entre os impérios ultramarinos de Portugal e de Castela, e as relações dos dois com as potências europeias emergentes e com os potentados locais com que se defrontavam por todo o mundo.

A análise destas duas dinâmicas não dava espaço às teses catastróficas, que viam no tempo da dinastia filipina uma época de opressão, de subalternização e de decadência do Império. Afinal, os Portugueses tinham lugares de peso no seio da Monarquia, e o reino português dispunha de uma autonomia superior à de muitas outras dependências de Madrid; e se os espanhóis não entravam no espaço ultramarino português o mesmo não se passava no sentido inverso, e muitos portugueses fizeram fortuna nas Índias de Castela. Além disso, um olhar mais atento à evolução do mapa do Império português, embora confirmasse o declínio do poder naval luso, mostrava, ao mesmo tempo, os enormes progressos da fronteira brasileira e mesmo a capacidade lusa de ultrapassar a barreira de Tordesilhas e de ganhar para Lisboa a Amazónia. Finalmente, fica claro, hoje, que quando o contexto político e económico da Monarquia

deixou de ser interessante e passou a colocar em risco a autonomia de Portugal e a sobrevivência do Império, os Portugueses, que não haviam perdido identidade ao longo desses 60 anos, desencadearam um processo separatista que se revelou imparável.

Ultrapassado, pois, o complexo de ter havido uma “dominação estrangeira” durante 60 anos (reduzida praticamente à subordinação a um rei que não residia em Portugal), interessa conhecer este período e percebê-lo, como todos os outros da nossa História – discernir os processos políticos, compreender as dinâmicas económicas, avaliar influências recíprocas e inter-dependências, estudar as carreiras das personagens históricas de vulto e integrá-las na sua conjuntura, aprofundar o estudo dos impérios; tudo isto sem esquecermos, obviamente, as rivalidades que sempre se manifestaram entre portugueses e espanhóis, e o ressentimento que perdurou entre muitos sectores da sociedade portuguesa e que foi decisivo para o sucesso da Restauração.

Os trabalhos que ora se publicam enquadram-se nesta dinâmica frutuosa, a que o CHAM se associou há algum tempo. Mais de uma dezena dos seus investigadores estudam sistematicamente as dinâmicas imperiais do século XVII e os seus reflexos na Europa, e entre os seus membros o CHAM conta com vários académicos espanhóis. De há muito, aliás, que o CHAM vem desenvolvendo programas de cooperação com diversas universidades espanholas, com particular enfoque para o estudo do período filipino, de que já tivemos resultados positivos na concretização de um volume do *Bulletin of Portuguese Japanese Studies* dedicado às relações luso-espanholas no Pacífico, tendo por Guest Editor Manel Ollé da Universidade Pompeu Fabra (Barcelona) e nos programas de pós-graduação realizados com a Universidade de Pablo Olavide (Sevilha). Mais recentemente a colaboração com a Casa de Velásquez e com a Universidade Complutense enriqueceu ainda mais esta dinâmica.

No CHAM há, pois, uma convivência quotidiana entre investigadores de Portugal e de Espanha que tem fomentado o crescimento destes estudos de uma forma articulada e despojada de nacionalismos serôdios de parte a parte. Nesta, como noutras matérias, o Centro procura estar na vanguarda da historiografia contemporânea, tal como foi reconhecido pelo último painel internacional que o avaliou (citação).

Os estudos que agora se publicam inserem-se nesta dinâmica. Foram apresentados a um colóquio subordinado ao estudo da governação de Portugal e do seu império no tempo dos Filipes, organizado por Santiago Martínez Hernandez e conta com colaboradores de diversas nacionalidades. Assim, neste livro são estudadas dinâmicas políticas portuguesas e conceitos sociais que não foram interrompidas por 1580, através das

análises de Félix Labrador Arroyo e de José Antonio Guillén Berrendero; o percurso de uma casa titular portuguesa que teve o seu momento de maior grandeza ao serviço dos Áustrias; a acção de um grande de Castela no controlo da rebelião portuguesa nas vésperas da Restauração; as tensões luso-espanholas que emergiram no rescaldo da expedição militar que recuperou a cidade de Salvador da Bahia, em 1625; discute-se ainda a eventual influência dos modelos expansionistas castelhanos na evolução da política portuguesa em relação à ilha de Ceilão, e perspectiva-se o modo como evoluiu a estratégia da VOC em relação ao Estado da Índia ao longo das primeiras décadas de Seiscentos.

Contendo estudos diversos sobre temas variados, este livro não apresenta uma tese – não ambiciona alterar perspectivas nem refazer a História. Procura, contudo, enriquecê-la e os autores fizeram-no bem. Com esta obra, a História do Portugal filipino fica mais rica e mais inteligível. E fica-nos a certeza de que este grupo de jovens autores dar-nos-á no futuro, novas interpretações e análises renovadas. Contamos, pois, com eles para conhecer cada vez melhor a História.

Lisboa, 22 de Março de 2011

JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA